

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE CANTAGALO – PR, PERÍODO DE 2010 A 2020.

João Arami Pereira
Jacqueline Romero Pereira
Trícia Martim Rocha

GRUPO DE TRABALHO: GT1: Desenvolvimento regional, planejamento, governança, controle social e gestão do território

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo elaborar um diagnóstico socioeconômico do município de Cantagalo – PR, a fim de identificar e analisar as condições socioeconômicas do município no período de 2010 a 2020, embasada nas teorias do desenvolvimento regional e nos dados obtidos no IBGE e IPARDES. Foi observado na análise dos dados, que os principais fatores do desenvolvimento econômico e social da localidade, encontram-se na evolução dos índices da agricultura, agropecuária, indústria, comércio e outros serviços como a infraestrutura pública, por meio de diagnóstico socioeconômico. Desta forma, a pesquisa apresenta-se em capítulos, que relatam os aspectos socioeconômico, seus principais indicadores, seu espaço urbano e rural. Foi elaborado o diagnóstico dos principais fatores econômicos e sociais. A metodologia que foi desenvolvida é descritiva e comparativa, com características de pesquisa quantitativa e, também qualitativa. A seguir, versa sobre os resultados e discussão da pesquisa e as considerações finais. Diante do exposto, considerando o referencial sobre desenvolvimento regional, que consegue explicar a evolução do município, bem como os fatores investigados relacionados ao PIB, PIB Per Capita, a população total, urbana e rural, o índice de desenvolvimento humano municipal, a produção do município de Cantagalo – PR, conclui-se que apesar do fraco desenvolvimento socioeconômico, dadas as políticas públicas, a infraestrutura pública e privada, principalmente por estar ligada pela rodovia BR-277, que se conectam com os principais centros urbanos da região, do estado do Paraná e do Brasil, reúne condições econômicas e sociais para alcançar um maior patamar de desenvolvimento econômico e social.

Palavras-Chaves: Economia. Desenvolvimento Regional. Desenvolvimento Socioeconômico.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca elaborar uma análise socioeconômica espacial do município de Cantagalo – PR, entre 2010 e 2020 e toma-se como recorte o espaço urbano e rural.

Sabe-se que, nas últimas décadas a população urbana teve um crescimento significativo, principalmente devido as expressivas migrações provenientes do campo, estimuladas pelas dificuldades de acesso à distribuição das terras, ausência de infraestrutura pública e pela falta de perspectivas. Isto sem falar que o atual contexto de nossa sociedade no início deste milênio e o espaço urbano tem se tornado cada vez mais valorizado dificultando o acesso para grande maioria da população (CARLOS, 2020).

Sabe-se também, da importância das atividades dos agentes econômicos do município, bem como de todo seus espaços urbanos e rurais. No contexto da comunidade cantagalense, achou-se oportuno desenvolver este

trabalho, a fim de melhor entender e analisar a história do seu surgimento, suas lutas, sua economia, sua realidade social.

Assim sendo, com o objetivo geral visa-se identificar e analisar o desenvolvimento econômico e social ocorrido no município de Cantagalo PR, no período entre 2010 e 2020, a partir da análise de indicadores socioeconômicos.

Realiza-se assim, um levantamento dos dados socioeconômicos do município de Cantagalo / PR, no período estabelecido, assim como o crescimento a preços correntes do PIB per capita de R\$ 8.518 em 2010 para R\$ 19.102 em 2019 (IPARDES, 2023).

Também, analisa-se o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), (2010 a 2022), o IDHM do município de Cantagalo, PR é de 0,635, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022).

Para discorrer sobre a temática proposta, se faz necessário aprofundar a análise sobre a evolução histórica e a situação socioeconômica atual do município, para isto, tem-se a seguinte problemática: Apesar de tratar-se de um pequeno município, Cantagalo – PR destaca-se pelo seu crescimento econômico desequilibrado, devido a um pequeno número de novas oportunidades de novos negócios o que causa preocupação e sendo classificado com um fator de atenção aos moradores da localidade.

O espaço urbano e rural são reflexos tanto de ações que se realizam no presente, como também daquelas que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais presentes. Nesse sentido, o espaço urbano pode ser o reflexo de uma sequência de formas espaciais que coexistam lado a lado, cada uma sendo originária em um dado momento. Já o espaço rural está normalmente associado a economia agrícola, com pequenas comunidades com baixa densidade populacional (CARLOS, 2020).

Para verificar o desenvolvimento econômico e social, é fundamental observar alguns aspectos da região assim como versar sobre a infraestrutura pública e privada, e fatores socioeconômico para melhor embasamento da presente pesquisa (PORTER, 2009; IPEA, 2009).

Num conceito tradicional, pode-se dizer que o crescimento e desenvolvimento econômico é um processo que engloba acumulação de capital com incorporação de progresso técnico, que ajuda a elevar a produtividade, através de recursos naturais ou a renda do trabalhador, da capacidade de inovação e gerencial dos gestores, tanto a nível privado como público, tendo por consequência o bem-estar da sociedade (BRESEER-PEREIRA, 2006).

Os objetivos da pesquisa divididos em subseções de objetivos geral e específicos. Que buscam direcionar este estudo com a finalidade de responder ao problema inicial: Quais os fatores econômicos que contribuíram para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico do município de Cantagalo – PR, entre o período de 2010 e 2020? Cujo objetivo geral foi de elaborar um diagnóstico socioeconômico do município de Cantagalo – PR, com a finalidade de analisar os fatores que contribuíram para seu desenvolvimento socioeconômico, no período de 2010 a 2020. Visando estabelecer relações teóricas do Desenvolvimento Regional, analisar as condições socioeconômicas do município, seus limites sua capacidade sob o aspecto do desenvolvimento socioeconômico, verificar se indicadores complementares, projetos e investimentos do município, nas áreas de trabalho e renda, saúde e educação conseguem explicar, ao menos parcialmente, a situação atual do desenvolvimento socioeconômico do município de Cantagalo - PR.

2 DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E EVOLUÇÃO DOS INDICADORES

Na busca de entender melhor o tema a ser estudado, neste capítulo discorrer-se-á sobre o desenvolvimento econômico e sua evolução. Versa-se sobre questões sociais, que se apresenta na evolução do Índice FIRJAN de

Desenvolvimento Municipal – IFDM, entre outros estudos voltados a esta temática para sustentabilidade da metodologia escolhida juntamente com suas variáveis.

2.1 ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS

Conhecer os fatores que podem estruturar a capacidade de competitividade e desenvolvimento das cidades permite apoiar políticas públicas, orientar estratégias de progresso e crescimento e, principalmente, monitorar a implementação de políticas com base em evidências empíricas (SARFATI, 2013).

Além disso, permite comparações com outras cidades da mesma região, mesmo país ou a nível global, destacase as características que devem ser cuidadosamente observada pela sociedade local, o que pode se tornar uma vantagem ou desvantagem competitiva (PORTER, 2009; IPEA, 2009).

As investigações sobre as disparidades de desenvolvimento territorial sempre estiveram presentes no mundo acadêmico. Mais tarde, com a queda do liberalismo econômico de Adam Smith¹ e a evolução de um estado de bem estar social keynesiano² para o Schumpeteriano³, ou fordista para o pós fordista, a tese tornou-se um ambiente favorável para pesquisas e implementação de inovações (ARIENTI, 2003). O desenvolvimento aconteceu através de acumulação tecnológica – teoria evolucionista – ou rompendo com paradigmas tecnológicos – teoria neo-Schumpeterianos – assim como para essas organizações, imersas em seus ambientes, ou sistemas de inovação, poderia expandir cada vez mais “serviços produtivos” a partir dos recursos em sua disposição (PENROSE, 2007).

As diversas correntes teóricas que surgiram na economia durante a segunda metade do séc. século XX, após a Segunda Guerra Mundial, são essencialmente marcados pela combinação de diferentes conhecimentos (política, geografia, economia, etc.) e a dependência de seus conhecimentos epistemológicos e comunidades interpretativas. E, como nos paradigmas científicos, eles tiveram períodos de crescimento e de obsolescência ao longo dos anos (KUHN, 2006).

Sarfati (2013) afirma que existem várias discussões sobre os diferentes tipos de indicadores utilizados para analisar a área do conhecimento. Muitas críticas são feitas devido à simplificação da avaliação baseada apenas em fatores econômicos, e não se observa outros fatores (sociais, institucionais, culturais, educacionais, etc.) que também interferem no desenvolvimento. Assim sendo, para entendimento de áreas do conhecimento discorre-se sobre algumas teorias.

2.1.1 Teorias tradicionais de desenvolvimento regional

O desenvolvimento regional é composto por diferentes teorias que provêm de escolas teóricas de pensamento muito diferentes. Por exemplo, a teoria da localização e as suas extensões aos estudos do desenvolvimento regional têm as suas raízes na tradição neoclássica, enquanto a Teoria da Base de Exportações (NORTH, 1977) tem origem na Teoria Keynesiana do Desenvolvimento. Além destas, existem o Polo de Crescimento (PERROUX,

¹ Em sua teoria, defende a liberdade e a propriedade privada são os elementos principais. Cada indivíduo deve ser livre para decidir todos os aspectos relacionados à sua própria vida e seus interesses, principalmente quando o assunto for as relações de trabalho e o uso do seu capital.

² Defende que deve haver a plena ação do Estado nas políticas econômicas de um país para atingir o pleno emprego e o equilíbrio econômico.

³ Defende que a inovação e a mudança ocorrem por meio de um espiral de atração mútua (clusters) onde um empreendedor de sucesso atrai outro empreendedor e assim os efeitos são multiplicados.

1975) e as Teorias de Polarização do desenvolvimento regional (FRIEDMANN, 1960) que são influenciadas pela economia do desenvolvimento.

O ponto comum é que todos unem o conceito de “espaço” ao desenvolvimento, vendo este último como um “sistema dinâmico de relações espaciais”. No entanto, todos eles diferem na forma como encaram o conceito de periferia. Enquanto a Teoria da Localização vê o processo de desenvolvimento como ocorrendo em etapas e conduzindo ao equilíbrio e à convergência entre as regiões, a Teoria da Base de Exportação rejeita tal desenvolvimento por etapas, mas concorda com a previsão da convergência. Pelo contrário, de acordo com a Teoria do Polo de Crescimento e as Teorias da Polarização, o desenvolvimento é um processo desequilibrado que leva à divergência entre as regiões (FRIEDMANN, 1960).

Assim, estas teorias são pessimistas sobre o futuro da periferia. Pode-se dizer que as teorias de desenvolvimento regional, por outras palavras, é a combinação do conceito de espaço com o desenvolvimento econômico, floresceram com a questão de onde se localizar. Em andamento, esta questão trouxe preocupações sobre a justiça social em termos de regiões. Juntamente com o desenvolvimento das Teorias do Desenvolvimento Regional, compreendeu-se que a justiça e a equidade em termos de regiões não são de forma alguma menos importantes do que as em termos de classes sociais. Estas teorias desenvolveram-se primeiro com a questão de onde se localizar, e depois começou a ser colocada a questão de como ocorrem as disparidades como resultado das decisões de localização.

2.1.2 Teoria do desenvolvimento econômico regional

Segundo Marshall (1996) a teoria do desenvolvimento emergiu de diferentes tradições intelectuais. A teoria neoclássica do comércio e a teoria do crescimento fornecem a base conceitual para compreender as economias regionais tornando-as mais semelhantes ou mais diferenciadas ao longo do tempo. A dimensão espacial da moderna teoria do crescimento regional pode ser atribuída a diversas fontes. Os teóricos da localização fornecem uma estrutura para a compreensão do papel dos custos no crescimento e declínio regional.

A literatura sobre economias de escala começou com Marshall (1996) foi redescoberta por teóricos neoclássicos mais recentes e por aqueles que escrevem na tradição da especialização flexível. Finalmente, ideias da teoria do lugar central ressurgem em toda a literatura sobre desenvolvimento regional, especialmente na literatura sobre polos de crescimento e em muitas abordagens estruturalistas recentes.

As primeiras teorias de crescimento econômico regional eram extensões espaciais das teorias econômicas neoclássicas do comércio internacional e do crescimento econômico nacional. Juntas, estas primeiras teorias neoclássicas preveem que, ao longo do tempo, as diferenças no preço do trabalho e outros fatores entre regiões diminuirão e tenderão à convergência. Esta previsão gerou considerável controvérsia entre os teóricos, particularmente à luz da aparente tendência para a divergência entre os rendimentos per capita de territórios industrializados e das áreas menos desenvolvidas. As primeiras teorias do desenvolvimento econômico regional surgiram desta controvérsia e podem ser distinguidas umas das outras em termos de diferenças nas previsões teóricas relativas à convergência ou divergência interregional nos rendimentos per capita e nos preços dos fatores ao longo do tempo (PERROUX, 1975)

Marshall (1996) afirma que, ambas independentemente de áreas maiores ou menores, com convergência ou divergência interregional, as regiões dependem da mesma tecnologia de produção e têm as mesmas funções de produção. Há retornos constantes à escala na produção. Os mercados de commodities e de fatores são perfeitamente competitivos e os fatores são móveis dentro das regiões, mas não entre as regiões. Todos os recursos devem ser utilizados na produção do comércio para que haja o equilíbrio.

2.2 A POLARIZAÇÃO ESPACIAL DO DESENVOLVIMENTO

O livre funcionamento dos mecanismos de mercado nas sociedades capitalistas acentua os desequilíbrios regionais, isto é, o desenvolvimento de “polos de crescimento” onde as regiões ricas se tornam regiões mais ricas e regiões mais pobres cada vez mais pobres (CARLOS, 2003).

Nesse sentido, a polarização espacial do desenvolvimento cria desigualdades econômicas seguidas de desigualdades sociais, e isto desempenha um papel central nas tensões, conflitos sociais e instabilidade política. O desenvolvimento da infraestrutura física acompanhado de oportunidades em educação e treinamento de habilidades pode gerar melhorias significativas na subsistência e na geração de rendimentos, e resultam uma melhor partilha dos frutos do crescimento econômico com áreas subdesenvolvidas (CARLOS, 2003).

Essas características são entendidas como a organização e gestão da estratégia da “velha” política de desenvolvimento regional, em que a administração central do Estado propõe a gestão da política regional. A “nova” política econômica local descentralizou a gestão, que se torna operacional através de organizações intermediárias que prestam serviços de natureza tecnológica, formativa e/ou financeira às empresas, visando explorar os recursos da região potencial de desenvolvimento endógeno (CABUGUEIRA, 2000).

Portanto, uma região é competitiva quando reúne condições que possibilitem a melhoria dos padrões de vida dos seus habitantes (CABUGUEIRA, 2000).

Estas condições incluem uma combinação de empresas, vantagem competitiva e a atratividade do ambiente regional, ainda, o capital humano.

2.3 FINANÇAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E O DESENVOLVIMENTO

O Poder Local é uma instituição que pode contribuir para o desenvolvimento econômico, através dos recursos públicos obtidos juntos aos municípios, bem como de transferências constitucionais dos governos federal e estadual, principalmente os pequenos municípios, que possuem uma receita própria bem abaixo das necessidades dos habitantes, mas que são compensados com altas transferências de recursos públicos de níveis superiores.

Como ressalta Rezende (2001), do ponto de vista de captação de recursos públicos, existem receitas próprias e transferidas, em que as primeiras são constituídas do Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU e o imposto sobre a prestação de serviços de qualquer natureza – ISSQN. E por outro lado, existe o fundo de participação dos municípios – FPM (Federal), o fundo da quota parte dos municípios, formado por 25% do resultado da arrecadação do imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços – QPM-ICMS (Estadual).

Tais recursos públicos, constituem-se nas principais fontes para fazer frente às prioridades de cada administração pública local, que tem a finalidade de ajustar a alocação e aplicação de numerários, nas demandas diretas e indiretas da coletividade visando o desenvolvimento econômico.

Ainda segundo Rezende (2001), as transferências constitucionais, com recursos significativos, principalmente para pequenos municípios visam o fortalecimento do federalismo fiscal, com a finalidade de fortalecimento do desenvolvimento econômico, tendo em vista que as pequenas municipalidades se encontram em processo de consolidação de suas infraestruturas, de suas estruturas produtivas, etc. Bem como, as enormes disparidades regionais e a forte tradição municipalista do Brasil e os instrumentos fiscais costumam desempenhar importante papel.

De acordo com Rezende (2001) quanto ao desafio institucional, existem três que precisam ser enfrentados pelo poder local, com vista a consecução do objetivo do desenvolvimento econômico e social: a) desafio do equilíbrio; b) desafio da eficiência e; c) desafio da responsabilidade.

Já pelo lado das despesas públicas, com base nos recursos públicos arrecadados, são utilizados na infraestrutura, na saúde, na educação, na segurança pública, bem como nas zonas urbana e rural, visando esforços e prioridades coletivas para o processo de desenvolvimento econômico e social.

Para Rezende (2001) o efeito nos gastos públicos sobre a demanda agregada provoca impacto inicial dos gastos sobre o nível de renda, bem como o efeito multiplicador aumenta e atinge maior crescimento e desenvolvimento econômico e social. As principais categorias de gastos governamentais: consumo (o mais importante refere-se ao pagamento de pessoal), refletindo em benefícios monetários para a população empregada no governo local, investimentos (costuma ser a realização de obras públicas relacionadas ao desenvolvimento da infraestrutura econômica) e transferências (pagamentos a cidadãos de baixa renda), repercutem sobre segmentos distintos da economia.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Desenvolvimento Socioeconômico nos vários aspectos abordados pelos principais autores referenciados na fundamentação teórica, explicam tem possibilidade de explicar situação atual da localidade e o baixo crescimento do município de Cantagalo, no período objeto dessa pesquisa.

A teoria do desenvolvimento segundo Marshall (1996) emergiu de diferentes tradições intelectuais, mas destaca a teoria neoclássica do comércio e a teoria do crescimento econômico fornecem a base conceitual para compreender as economias regionais. Mas que tem como explicar a evolução do comportamento econômico do município de Cantagalo – PR.

Igualmente, pode-se constatar o mesmo com os achados de Friedmann (1960). Por outro lado, Perroux (1975) com a teoria dos Polos de Crescimento, o município pesquisado não é um polo regional. Contudo pode ser influenciado por outros municípios próximos, por fazer parte da região geográfica intermediária produtiva que compõe o recorte regional imediata como o município de Guarapuava, causando assim, certo impacto no crescimento econômico dada a proximidade e conta com certas características semelhantes e mais avançadas (IPARDES, 2023).

Já a teoria de Base de Exportação, de North (1977) pouco explica o desenvolvimento econômico da municipalidade, em função dos poucos produtos e serviços destinados à exportação, mas que pode ter determinada influência, com relação às matérias primas de exportação.

Também o modelo de Myrdal (1965) de causalidade cumulativa, demonstra que crescimento da produtividade do trabalho pode causar certos efeitos favoráveis no crescimento econômico no espaço aqui pesquisado, numa localidade com certo atraso e que seus bens e serviços sejam demandados por outras regiões.

Enquanto Hirschman (1961) destaca que as ligações entre empresas de outros municípios e regiões mais desenvolvidas, podem beneficiar o município de Cantagalo – PR, causando efeitos propagadores, com suas relações econômicas, provocando o desenvolvimento socioeconômico regional.

Quanto aos aspectos abordados na teoria da localização, podem melhor explicar a evolução do município, já que o mesmo se encontra numa posição privilegiada, às margens da rodovia federal, a BR-277, que liga e tem mobilidades entre outras regiões do estado e até do Brasil.

3.1 A FUNDAÇÃO DE CANTAGALO: ORIGEM - CRIAÇÃO - EMANCIPAÇÃO

Longe da realidade urbana das grandes metrópoles, o município de Cantagalo pode representar um caso exemplificativo que traduz e contextualiza o espaço urbano dos pequenos municípios no interior do país.

Cantagalo⁴ tem sua economia baseada na agricultura, pecuária, comércio e microempresas, as quais absorvem uma parte da mão de obra existente no município, sendo que os demais trabalhadores são funcionários públicos estaduais ou municipais.

Existe uma parcela de profissionais liberais e um considerável número de trabalhadores boias-frias. No campo, predominam as propriedades rurais, médias e pequenas, mas também existem muitos latifúndios, propriedades com tamanho superior a 200 hectares.

O nível de renda familiar é inferior a um salário-mínimo. As moradias são simples e humildes. Até algum tempo atrás, muitos viviam em casas alugadas. Esse problema foi amenizado em parte com os programas de casa própria do governo Federal em cooperação com os governos do Estado e Município.

Atualmente, existem vilas com aspectos pobres, mas lugares com concentração de favelas, aos poucos estão sendo reduzidos. Duas Vilas Rurais foram constituídas com a promessa política de resolver o conflito do desemprego e moradia, mas o órgão gestor, Instituto Paranaense de Técnica e Extensão Rural – EMATER - PR, foi deslocado do município e essa parcela da população ficou privada da assistência técnica e metodológica. Desta forma, a tentativa de dar assistência a uma vila rural modelo foi fracassada. O Foco está voltado para sanar o problema de moradia e não a superação de renda. Não há grandes opções de trabalho para a população. Não há concentração de empresas manufactureiras. Apenas algumas fábricas ligadas à industrialização da madeira que já demonstra sinais de escassez.

Muitas serrarias que empregavam volume considerável de mão de obra desapareceram da região, evidentemente pela falta da matéria prima. Até agora, assistiu-se à saída de famílias inteiras para lugares com mais garantia de sobrevivência. A direção-alvo são cidades litorâneas do Paraná, a Capital e cidades de Santa Catarina, geralmente realizando serviços gerais em construção civil e outros eventuais trabalhos.

Os pais dos alunos que frequentam a Escola, na maioria, apresenta um perfil profissional definido pelo trabalho agrícola. Como o restante de qualquer população brasileira, não possuem qualificação profissional fora das atividades solidificadas pela história e cultura campesina.

Segundo Abreu e Marcondes (1991), por volta de 1930, os tropeiros iniciaram suas caminhadas levando suas tropas de gado e outros, com destino a Ponta Grossa utilizando-se de um itinerário mais ou menos traçado a beira da Rodovia Federal BR-277, atualmente apresentando pequenas modificações.

Esses tropeiros praticavam este trajeto, realizando parada para descanso e pernoitavam em pousadas sendo acordados por cantigas de galo, por este motivo os viajantes nomearam o local como Cantagalo. Aos poucos este local passou a ser habitado por fazendeiros que na época, além de oferecer pousada, preparavam os alimentos para os tropeiros. O povoado vivia do plantio na roça, passando, o lugarejo, a ser conhecido como "Fazenda Cantagalo", sendo instalado neste local a primeira indústria na produção de ervas de barbaquá.

Ainda, segundo o mesmo Autor, durante anos a localidade permaneceu estática, com apenas uma família dando atendimento aos viajantes que passavam por ali. Com o tempo, no entanto, outras famílias vieram ali se instalar, formando um pequeno povoado e trazendo maior movimento ao local.

⁴ Dados obtidos junto a Prefeitura Municipal de Cantagalo/PR - Out/2022.

Seus primeiros moradores foram os senhores: Benedito Cordeiro, Rafael Pinto, fazendeiros da época e João Ricardo que possuía um barbaquá de ervas.

Chamado primeiramente de fazenda Cantagalo, contando com os seguintes moradores: Joaquim Borges do Amarante, Lins Rodrigues de Pompeo, Miguel Petrechen, Diogo Elias Ferreira, Jacob Fritz e a Serraria Augusto Thomas.

Com poucas perspectivas de comércio, pois os colonos não podiam vender seus produtos por absoluta falta de compradores, visto que precisavam aguardar os que vinham de fora o que poderia demorar dias e até meses, pois a dificuldade de transporte era enorme.

Por intermédio do Deputado João Ferreira Neves e Antonio Lustosa, a então fazenda Cantagalo, foi elevada a condição de Distrito através da Lei nº 790 de 14 de novembro de 1951, pelo então governador do estado do Paraná Sr. Moyses Lupion.

Cantagalo, passou a ser Província do município de Guarapuava pela lei nº 790, de 14 de novembro de 1951, do Governador do Estado do Paraná, Sr. Moysés Lupion. A partir dessa data foi construída a primeira escola do novo distrito, nomeada escola Aislada de Cantagalo. A escola encontrava-se em local bastante isolado em Cantagalo hoje se chama Moradia Escolar Olavo Virac. Em 1974, houve a primeira tentativa de emancipação do distrito de Cantagalo, somente em 2 de maio de 1982 pela lei 7.575 ocorreu a mudança de distrito de Guarapuava e passou a ser um município do Estado do Paraná. Os municípios de Goiocim e Marquinho, neste período pertencia ao Distrito de Cantagalo, portanto até 1994 o território do município de Cantagalo era maior do que é hoje. Eles perderam as suas próprias eleições em 1994 e 1995 (ABREU E MARCONDES, 1991).

A partir daí começaram a aparecer os primeiros indícios de progresso. Construída a primeira escola então chamada Escola Isolada de Cantagalo, tendo como seu primeiro professor Alfredo Calangue, mais tarde a professora Judite Pompeo e Ilda Machado da Luz que permaneceu por mais tempo na citada escola, que mais tarde passou a se chamar Casa Escolar Olavo Bilac.

Entrou em funcionamento o Posto de Pronto Socorro farmacêutico Sr. João Vilhas Voas, e a construção da estratégica de Barracão - União da Vitória, contribuiu para o escoamento dos produtos que antes era feito através de cargueiros, cangalhas, bruacas de couro, carroças, etc.

O comércio era constituído basicamente pelo armazém do Sr. Argentino Janjão e do Sr. Domingos Soares, que ia de mal a pior, pois a iluminação era apenas com lampião a querosene: as opções de lazer resumiam-se às corridas nas raias, mutirão de aniversário e de casamento, podendo-se citar ainda as festinhas de capela, que ocorriam uma vez por ano.

O progresso continuou, haja vista que nessa época, em 1974, o legislativo guarapuavano, presidido por Francisco dos Santos Leal, vereador eleito pelo então Distrito de Cantagalo, afirmava que o distrito reunia as condições exigidas pela Lei Orgânica dos municípios, para desmembrar territorial e administrativamente da Jurisdição Municipal de Guarapuava conquistando sua autonomia.

A pretensão do vereador Francisco dos Santos Leal encontrou ressonância entre seus colegas da câmara, em outras áreas de influência no plano estadual, achando-se que assim na próxima legislatura tal pretensão poderia consubstanciar-se em eloquente realidade.

Com tantas idas e vindas, conseguiu-se, no dia 02 de maio de 1982, realizar-se o plebiscito, no qual ficou registrado 64% dos votos a favor e 36% dos votos contra. Com a vontade de parte do povo, expressa através do plebiscito no dia 02 de maio de 1982, através da Lei nº 7575, ficou criado o Município de Cantagalo, com território desmembrado de Guarapuava. Com sede na localidade do mesmo e as seguintes divisas: Barra com o Rio Cachoeirinha e o Rio Piquiri, segue pelo Rio Piquiri, no sentido descendente, até a Barra com o rio Barreiro, no sentido ascendente até encontrar a linha seca que divide o Município de Laranjeiras do Sul. Pela linha seca, que

divide os Municípios de Laranjeiras do Sul e Guarapuava até encontrar o Rio Cantagalo, no sentido descendente até encontrar a Barra do Rio Cavernoso e encontrar o Rio do Poço, no sentido ascendente, até encontrar a estrada Municipal GA-149. Segue pela citada estrada até encontrar a GA-132, e pela estrada até encontrar o Rio Cachoeirinha, segue pelo Rio Cachoeirinha no sentido descendente até encontrar a Barra com o Rio Piquiri onde teve início essa descrição (ABREU E MARCONDES, 1991).

3.2 LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CANTAGALO – PR.

A região de Cantagalo está localizada no centro oeste do Paraná. Pertence a 18ª. microrregiões no 3º planalto, com uma área de aproximadamente 583.5 km² situado a uma altitude de 813m, fundada em 12 de maio de 1982 (atualmente com 41 anos), sua população 13.317 (2020), Prefeito João Konjurski.

FIGURA 02 – Localização do município de Cantagalo, no Estado do Paraná.



Fonte: IPARDES (2023)

O município de Cantagalo possui uma distância de aproximada de 331 km da Capital, Curitiba. Seus habitantes se chamam cantagalenses. Cantagalo é vizinho dos municípios de Marquinho, Goioxim, Laranjeiras do Sul, Guarapuava, Virmond e Cândói (IPARDES, 2023).

QUADRO 01. Área territorial e distância à capital – 2021

Território	Informação	Unidade
Área territorial	583,13	Km ²
Distância da sede municipal à capital	329,20	Km

Fonte: IPARDES (2023)

A população de Cantagalo no período de 2010 a 2020, segundo o IBGE (2022), apresenta um declínio de 15,59%. Cantagalo está formado aproximadamente por 70% brasileiros (nativos), 15% poloneses e Ucrânicos, 15% Alemães e Italianos. O Município de Cantagalo apresenta, segundo IPARDES (2022) densidade demográfica de 18,75 hab/km². Este dado é calculado em função das populações apresentada pelo IBGE e áreas territoriais calculadas pelo Instituto Água e Terra (IAT).

QUADRO 02. População do município de Cantagalo período nos anos de 2010, 2017, 2019 e 2022.

População	2010	2017	2019	2022
Total	12.952	13.505	13.317	10.933
Urbana	8.509	8.873	8.749	7.183
Rural	4.443	4.632	4.568	3.750

Fonte: IBGE (2022) adaptado pela autora (2023).

3.3 DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DE CANTAGALO

Entre os anos de 2010 a 2020, o crescimento do Produto interno bruto (PIB), GRÁFICO 01, do município ficou em sexto lugar entre as regiões vizinhas. Nos últimos 10 anos, o nível de atividade econômica da cidade registou uma taxa de crescimento nominal de 204,5 %, e a taxa de crescimento nos últimos cinco anos foi de 44,7% (IBGE, 2022).

GRÁFICO 01. Evolução do PIB e do PIB Per Capita de Cantagalo – 2010 a 2020

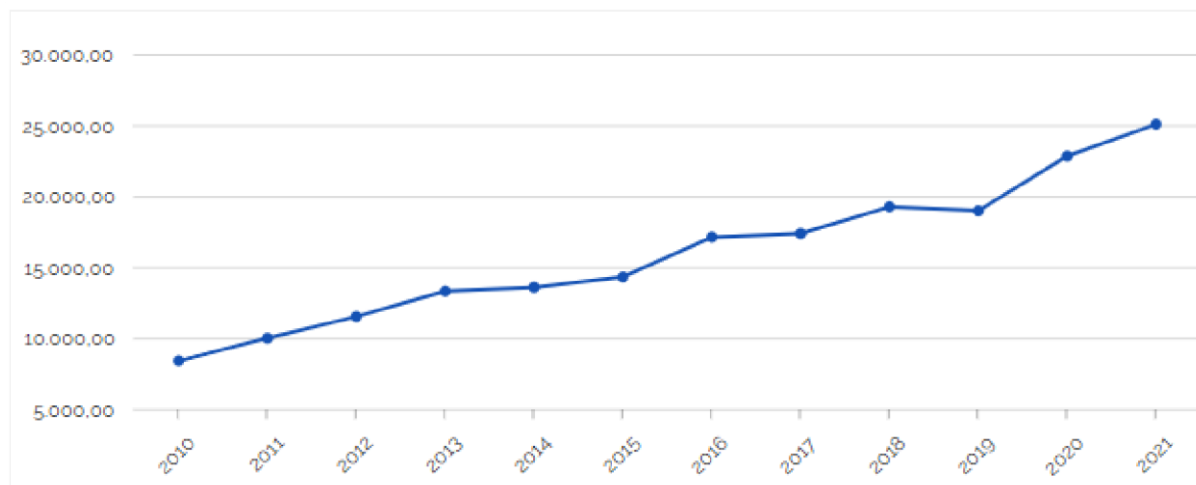


Fonte: Caravela (2023) a partir dos dados do IBGE (2022) – adaptado pelos autores (2024)

Nota: A Valores Constantes pelo IGP-DI de 2020

O Produto Interno Bruto - per Capita do período em análise do município de Cantagalo/PR consta no GRÁFICO 02.

GRÁFICO 02. PIB per capita – 2010 a 2021



Fonte: IBGE (2022)

Cantagalo é o 6º município mais populoso da região de Guarapuava, com 10,9 mil habitantes. O PIB da cidade é de cerca de R\$ 336 milhões de reais, sendo que 44,6% do valor adicionado advém da agropecuária, na sequência aparecem as participações dos serviços (29,5%), da administração pública (19,8%) e da indústria (6,2%). Com esta estrutura, o PIB per capita de Cantagalo é de R\$ 25,2 mil, valor inferior à média do estado (R\$ 47,4 mil), da grande região de Guarapuava (R\$ 40,9 mil) e da pequena região de Guarapuava (R\$ 42 mil) (CARAVELA, 2023, p.1)

QUADRO 03. Valor bruto e preços básicos pelos setores de atividade – 2010 e 2021.

Setores de atividades	Valor R\$ 1.000,00	Valor R\$ 1.000,00
Agropecuária	33.930	140.128,792
Indústria	9.798	19.340,433
Serviços	65.967	92.579,841
TOTAL	109.696	252.049,066

Fonte: IBGE (2022) IPARDES (2023) adaptado pelos autores (2024)

O QUADRO 03 retrata o valor adicionado bruto da agropecuária, indústria e outros serviços do município, retratando assim um comparativo entre os anos de 2010 a 2021. Observa-se que, em 2010, houve crescimento significativos nos setores demonstrados sendo agregado mais de 100% nos valores brutos iniciais.

No que se refere às atividades econômicas de lavouras temporárias e permanentes o QUADRO 04, de acordo com o IBGE (2022) o Censo Agrícola descreve os estabelecimentos, bem como suas respectivas áreas plantadas. Constata-se que em 2006 existiam 467 estabelecimentos, enquanto em 2017 atingiu 634 propriedades.

QUADRO 04. Atividades econômicas mais próximas ao estudo realizado

Atividades Econômicas	Estabelecimentos		Área (ha)	
	2006	2017	2006	2017
Lavoura temporária	467	634	24.624	26.301

Horticultura e floricultura	43	7	441	174
Lavoura permanente	5	7	x	390
Produção de sementes, mudas e outras formas de programação vegetal	-	-	-	-
Pecuária e criação de outros animais	462	439	20.347	17785
Produção florestal de florestas plantadas	13	22	521	997
Produção florestal de florestas nativas	3	1	2.198	2.198
Pesca	-	-	-	-
Aquicultura	-	-	-	-
TOTAL	993	1.167	48.131	47.845

Fonte: IBGE (2022) adaptado pelos autores (2024)

Nota: os dados das unidades com menos de três informantes, estão desidentificados com o caractere 'x' (IPARDES, 2023).

Por outro lado, quanto às áreas ocupadas e utilizadas para as respectivas lavouras temporárias em 2006 tinha 24.624 áreas e no ano de 2017 as áreas foram de 26.301 hectares. Já no que se refere às áreas com lavouras permanentes teve desempenho de 5 em 2006 e atingindo patamar de 390 área em 2017. Com tal desempenho pode-se constatar que a zona rural também contribuiu para o crescimento econômico e em consequência, para o desenvolvimento socioeconômico.

3.3.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 a 2020

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de acordo com o desenvolvimento regional, serve como instrumento básico para supervisionar e controlar três critérios: educação, renda e saúde. O IDHM como medida do desenvolvimento humano a nível regional pode fornecer os pontos de referência para a definição de seus objetivos estratégicos no futuro (PNUD, 2019).

QUADRO 05. Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) Cantagalo – 2010

DESCRIÇÃO	ÍNDICE (1) 2010	UNIDADE
Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM)	0,635	
IDHM - Longevidade	0,768	
Esperança de vida ao nascer	71,05	Anos
IDHM - Educação	0,522	
Escolaridade da população adulta	0,33	
Fluxo escolar da população jovem (frequência escolar)	0,65	
IDHM - Renda	0,638	
Renda per capita	424,57	R\$1,00

Classificação na unidade da federação	378	
Classificação nacional	3,393	

Fonte: PNUD (2019) IPARDES (2023) – adaptado pelos autores (2024).

(1) O índice varia de 0,00 a 0,399; estágio de desenvolvimento regular, com índice de 0,400 a 0,599; estágio de desenvolvimento moderado, com índice de 0,600 a 0,799; e alto estágio de desenvolvimento, com índice de 0,800 a 1,00 (FIRJAN, 2020)

O valor do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM depende dos valores limite, ou seja, em unidades administrativas com melhores e piores resultados se contado para cada uma das variáveis. Os valores limite são os valores mínimo e máximo observado entre 2010 e 2020 para uma determinada variável.

Segundo IPARDES (2023), o QUADRO 06, apresenta-se o Índice de Desenvolvimento do Município de Cantagalo no período em estudo.

QUADRO 06. Índice de Desenvolvimento do município de Cantagalo – 2010 a 2020.

Índice s/Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
IDHM	0,49 23	0,500 6	0,490 2	0,525 0	0,559 3	0,557 0	0,556 0	0,601 4	0,623 5	0,672 7	0,683 0
REND A	0,34 26	0,374 2	0,365 5	0,368 4	0,378 7	0,366 8	0,369 7	0,424 8	0,366 1	0,380 2	0,374 2
EDUA CAÇÃ O	0,57 90	0,567 4	0,576 0	0,572 8	0,632 1	0,618 3	0,624 8	0,673 4	0,714 8	0,773 2	0,839 2
SAÚDE	0,55 53	0,528 9	0,528 9	0,633 8	0,667 1	0,685 8	0,673 7	0,706 0	0,789 7	0,864 8	0,835 6

Fonte: IPARDES (2023) – adaptado pelos autores (2024)

Nota-se que, o município apresenta crescimento em seu desenvolvimento no período de 2010 a 2020 nas áreas analisadas e que, segundo IPARDES (2023) o município obteve uma taxa de crescimento local significativa estando colocado em 6º melhor desempenho entre as regiões mais próximas. A taxa de crescimento nominal do nível de atividade urbana nos últimos dez anos foi de 204,5% e nos últimos cinco anos o indicador foi de 44,7%.

3.3.2 As Finanças Públicas Municipais como fator de Desenvolvimento Socioeconômico

É inegável que as finanças públicas municipais, através da alocação de recursos públicos próprios e de transferências, possibilitam importantes ações econômicas e sociais, nas áreas de educação, saúde, agropecuária e principalmente em infraestrutura pública, seja no meio urbano e no meio rural, criando condições para a atuação do setor privado, nas principais atividades econômicas, cujas às aptidões dos munícipes proporcionam o crescimento e o desenvolvimento econômico do município.

Diante da TABELA 01, o que se pode constatar que o município tem baixa receita própria em relação às receitas transferidas da União e do Estado do Paraná, com possibilidade de repercutir no desenvolvimento socioeconômico, tem em vista que as receitas de outros entes federados, em grande monta, já vêm carimbadas,

ou seja, existem vinculações e em parte não pode decidir alocar nas prioridades que possibilitam melhor desempenho das atividades econômicas. Nesse sentido, o que seria recomendável, é a municipalidade trabalhar para melhorar as arrecadações próprias, que não tem vinculações e pode alocar conforme as necessidades de infraestrutura visando o desenvolvimento socioeconômico.

Como existe um certo grau de dependência em relação ao Estado e a União, verificada no QUADRO 07, que de um lado, tem maior aporte de recursos públicos federal e estadual, utilizados em alocações determinados por normas Constitucionais e Leis superiores, aplicados, principalmente em saúde e educação, para pagamentos de servidores públicos atuantes nessas áreas. Mas por outro lado, não são aplicados na infraestrutura pública e no incentivo às atividades econômicas particulares.

Estabelecendo uma relação entre receitas correntes e receitas de capital, percebe-se os recursos públicos arrecadados por essa rubrica são bastante baixos, como demonstra a TABELA 01, diminuindo a possibilidade de maior aporte de recursos públicos em investimentos por parte da municipalidade.

Pelo lado da despesa, a TABELA 01 demonstra que a maior alocação de recursos públicos se destina às despesas correntes, principalmente com pessoal e encargos sociais dos servidores. Com isso, recursos públicos destinados às despesas de capital, para infraestrutura e incentivos aos agentes econômicos locais ficam comprometidos, o que dificulta o desenvolvimento socioeconômico do município.

TABELA 01. RECETAS E DESPESAS SELECIONADAS O MUNICÍPIO DE CANTAGALO – PR, PERÍODO ENTRE 2010 E 2020. (Em Reais).

VARIÁVEIS	2.010	2.012	2.014	2.016	2.018	2.019	2.020
A - Rec. Municipal - Total	33.113.496	34.790.504	38.713.363	38.839.579	46.751.111	49.150.978	44.778.730
B - Rec. Correntes Mun. - Total	34.088.319	36.936.545	35.457.282	35.317.589	39.764.467	40.166.819	39.035.387
C - Rec. Capital Mun. - Total	2.861.846	2.143.094	3.256.081	3.521.989	3.317.912	4.769.378	973.866
D - Receita Tributária	2.430.355	2.332.328	2.759.174	2.467.857	2.668.343	3.016.022	3.535.866
E - Rec. de Impostos - Total	2.271.758	2.044.083	2.375.806	2.286.258	2.412.600	2.718.067	3.314.385
F - Receita de IPTU	191.599	252.045	179.853	178.155	336.576	343.041	373.444
G - Receita de ISSQN	1.412.979	1.057.651	1.652.056	1.289.594	1.260.655	1.163.241	1.142.475
H - Transf. Correntes Mun. - Total	30.982.766	34.062.914	31.762.865	31.962.020	32.356.669	32.410.190	30.468.519
I - Transf. Correntes Da União	17.428.770	19.535.169	17.139.583	16.851.850	17.793.916	18.195.363	17.887.669
J - Transf. Correntes Do Estado	7.031.688	7.636.339	6.940.611	7.099.089	8.001.144	7.923.444	6.931.957
L - Despesas Municipais - Total	32.578.802	38.043.074	36.952.924	40.535.215	46.027.403	43.182.779	38.218.345
K - Despesas de Correntes	28.032.917	31.624.453	33.114.892	35.019.506	38.096.780	37.408.632	34.728.763
M - Despesas de Capital	4.545.885	6.418.621	3.838.033	5.515.709	7.930.622	5.774.147	3.489.581
N - Pessoal e Encargos Sociais	14.645.626	17.694.043	18.305.423	19.368.068	23.692.361	24.532.402	22.723.895
O - Outras Despesas Correntes	12.879.118	13.732.907	14.523.654	15.248.174	13.926.817	12.337.281	11.490.536
Receita Própria (F + G)	1.604.578	1.309.696	1.831.909	1.467.748	1.597.231	1.506.282	1.515.919
Receita Transferência (I + J)	24.460.458	27.171.508	24.080.194	23.950.939	25.795.060	26.118.807	24.819.625
Comparativo (F + G) / (I + J)	0,0656	0,0482	0,0761	0,0613	0,0619	0,0577	0,0611
Comparativo (C / B)	0,0840	0,0580	0,0918	0,0997	0,0834	0,1187	0,0249
Comparativo (M / K)	0,1622	0,2030	0,1159	0,1575	0,2082	0,1544	0,1005
Comparativo (N / M)	3,2217	2,7567	4,7695	3,5114	2,9875	4,2487	6,5119
Relação Rec. Transf. X Rec. Total	0,9357	0,9791	0,8205	0,8229	0,6921	0,6594	0,6804

Fonte: FGV-IBRE – Revista Conjuntura Econômica 2023. Nota

1: Valores a preços constantes pelo IGP-DI de 2020.

XII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/index>
Santa Cruz do Sul, 2025

Outro fator que precisa ser ressaltado, são as despesas de capital que atingiram em 2010, valores de R\$ 4.545.885 e as despesas correntes chegaram a valores de R\$ 28.032.917, representando apenas 13,95% do total, alocados em capital. Enquanto em 2020 a relação da despesa pública de capital em relação ao total, diminuiu ainda mais, para 10,05%. Pode-se analisar que são bastante baixos os recursos públicos alocados em despesas de capital e dessa forma, a municipalidade poderia criar condições e melhorar as instituições locais visando maior aplicação de recursos que possibilitam ampliar o crescimento e o desenvolvimento socioeconômico do município de Cantagalo – PR

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho sobre o desenvolvimento socioeconômico do município de Cantagalo – PR, no período entre 2010 à 2020, apresenta um diagnóstico dos principais aspectos indutores do desenvolvimento econômico e social, com a finalidade de analisar os fatores que contribuíram para o desempenho das atuais possibilidades do município.

A pesquisa busca estabelecer interconexão com as principais teorias sobre o desenvolvimento. Elaborar diagnóstico e analisar as condições socioeconômicas do município, bem como seus limites, sua capacidade sob o aspecto do desenvolvimento socioeconômico. Verifica-se como os indicadores econômicos e sociais explicam a trajetória do município, através de sua produção, dos investimentos nas áreas de trabalho e renda, saúde e educação, da evolução populacional e que possam oferecer uma perspectiva para as políticas econômicas e sociais do município de Cantagalo PR.

Quanto às abordagens das teorias sobre desenvolvimento, vários autores descrevem e relacionam o tema, dentre os quais Perroux (1975) com os polos de crescimento, a teoria da base de exportação de Douglas North (1977), Marshall (1996) com a teoria neoclássica do comércio, bem como contempla a dimensão espacial da moderna teoria do crescimento regional. Já Hirschman (1961) discute como o desenvolvimento polarizado pode beneficiar uma região em crescimento, Myrdal (1965) defende a abordagem cumulativa. Por outro lado, o desenvolvimento econômico e social, passa pelas finanças públicas municipais, através das receitas próprias, bem como das transferências estadual e federal, para aplicação em políticas públicas e principalmente em infraestrutura econômica e social.

Sugere-se que pesquisas futuras possam incluir elementos que permitam explorar a interação territorial entre a administração pública e as interrelações entre municípios limítrofes, como um todo e pode-se ainda se beneficiar de mais investigação sobre outros possíveis determinantes do desenvolvimento regional e/ou socioeconômico.

Diante do exposto, considerando os fatores investigados relacionados ao PIB, PIB Per Capita, a população total, urbana e rural, o índice de desenvolvimento humano municipal, a produção de Cantagalo – PR, conclui-se que apesar do fraco desenvolvimento socioeconômico, dadas as políticas públicas, a infraestrutura pública e privada, principalmente por estar ligada pela rodovia BR-277, que se conectam com os principais centros urbanos da região, do estado do Paraná e do Brasil, reúne condições econômicas e sociais para alcançar um maior patamar de desenvolvimento econômico e social.

REFERÊNCIAS

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico.** Texto para discussão EESP/FGV, v. 157, 2006. Disponível em: <<https://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7ConceitoHistoricoDesenvolvimento.pdf>> Acesso em: Dez/2022.

CABUGUEIRA, Artur Carlos C. M. **Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento local:** Análise de alguns aspectos de política econômica regional. 2000. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/9-Texto-28-1-10-20190805.pdf>> Ago/2023.

CAVALCANTE, L. R. M. T. Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 2, n. 1, 2008.

CARAVELA. Economia: Cantagalo/PR. 2023. Disponível em: <<https://www.caravela.info/regional/cantagalo---pr>> Acesso em: Jan/2024.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Dilemas Urbanos:** Novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

_____, Ana Fani Alessandri. **Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direito à cidade”** Universidade de São Paulo, 2020. <Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rdp/a/3cBsV3Vx7Yvw9SqvcqyVrbc/#>> Acesso em: Nov/2022

FIRJAN. Federação das Indústrias do estado do Rio de Janeiro. **Publicações FIRJAN:** Pesquisas e Estudos Socioeconômicos, 2020. Disponível em: <<http://publicacoes.firjan.org.br/>>. Acesso em: Jan/2024.

FRIEDMANN, John R. P. **Introdução ao planejamento regional.** Tradução de Mario Faustino. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1960. Disponível em:<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/12013/51_000040805.pdf>. Acesso em: Mar/2023.

HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Número de estabelecimentos agropecuários e área dos estabelecimentos agropecuários, por tipologia, grupos de atividade econômica, tipo de prática agrícola e grupos de área total. 2020; Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10490/1/brua_23_artigo16.pdf>. Acesso em: Out/2022

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico Município de Cantagalo**. 2023. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85160&btOk=ok>> Acesso em: Set/2023.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro: 2017.
JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores socioeconômicos na gestão pública**. 3. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração da UFSC, 2014.

KAGEYAMA, Ângela. Desenvolvimento Rural: Conceito e Medida. **Cadernos de ciência & tecnologia**, Brasília, v. 21, n.3, p. 379-408, 2004. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8702>>. Acesso em: Fev/2023.

LIMA, Jandir Ferrera de. **Economia territorial – teoria e indicadores**. Campina Grande: EDUEPB, 2022.

LOURENÇO, Gilmar M. **A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação**. Curitiba: Ed. do Autor, 2000.

MARSHALL, Alfred. Princípios De Economia. Tratado Introdutório Natura Non Facit Saltum
MYRDAL, G. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. Lisboa: Editora Saga, 1965.

NORTH, D. C. Teoria da Localização e Crescimento Econômico. in SCHWARTZMAN, J. **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/CETREDE-MINTER, p. 291-313, 1977

OLIVEIRA, G. B.; LIMA, J. E. S. Elementos Endógenos do Desenvolvimento Regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Revista FAE**. Curitiba, v. 6, n. 2, p. 29-37, mai/dez. 2003.

PERROUX, F. Nota Sobre o Conceito de “Polo de Crescimento”. In: PERROUX, F; FRIEDMANN, J; TINBERGEN, J. **A Planificação e os Polos de Desenvolvimento**. Porto: Edições Rés Limitada, 1975.

PIACENTI, Carlos Alberto et al. **Economia e Desenvolvimento Regional**. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2016.

PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano 2019. Brasil. Disponível em: <<https://hdr.undp.org/system/files/documents/hdr2019ptpdf.pdf>> Acesso em Jan/2024.

PORTER, Michael E. **Competição**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

REZENDE, Fernando A. **Finanças públicas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001